



SINDICATO NACIONAL
DOS TRABALHADORES
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

SINDICATO
DOS TRABALHADORES
DO MUNICÍPIO DE LISBOA



Rua de S. Lázaro, 66 1º Dtº 1150-333 Lisboa
Tel: 21 888 54 30 — Fax: 21 888 54 29
stml.cgtp@mail.telepac.pt

Plenário Nacional – 30 de Janeiro de 2008

**DEFENDER OS DIREITOS E OS SERVIÇOS PÚBLICOS
VALORIZAR OS SALÁRIOS E RECUPERAR O PODER DE COMPRA
COMBATER A DESTRUIÇÃO DAS CARREIRAS E A PRECARIIDADE**

Afirmar o protesto intensificar a luta!

É possível derrotar a ofensiva do governo!

Resolução

Um Governo ao serviço do Capital

A crescente contestação ao governo PS de José Sócrates é o resultado do descontentamento provocado pelas medidas profundamente lesivas dos direitos dos trabalhadores e das populações em geral, que têm marcado a acção governativa de um executivo que claramente privilegia os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, em detrimento dos trabalhadores e das populações.

Aumenta o desemprego e a precariedade laboral; os salários, particularmente os dos trabalhadores da Administração Pública degradam-se brutalmente, tanto quanto aumenta o custo de vida; os serviços públicos estão literalmente a saque e as populações são cada vez mais privadas de direitos sociais fundamentais, nomeadamente ao nível da saúde, da educação, da justiça e da segurança social.

Apostado em dismantelar a Administração Pública e entregar os serviços públicos essenciais à gula lucrativa do privado, em cumprir as instruções do grande capital na desregulamentação da legislação laboral e no enfraquecimento da capacidade reivindicativa dos trabalhadores e dos sindicatos, o Governo investe em todos os sentidos: contra os mais desprotegidos, contra os trabalhadores e as classes sociais mais pobres, contra as instituições e a democracia.

Ofensiva violenta

Após o chumbo do Tribunal Constitucional, o diploma de vínculos carreiras e remunerações foi de novo aprovado pela maioria do Partido Socialista na Assembleia da República e o governo insiste nas intenções de aplicar de facto à Administração Pública os princípios da flexigurança, destruir por completo o sistema de carreiras dos trabalhadores e o vínculo público, generalizar o contrato individual de trabalho e a precariedade laboral, introduzir os despedimentos sem justa causa, a arbitrariedade e o compadrio.

A imposição de uma actualização salarial de 2,1%, quando a inflação de 2007 foi de 2,5% e para 2008 diversas instituições, desde o Banco de Portugal à União Europeia, apontam valores claramente superiores, demonstra a total falta de respeito do Governo pelos trabalhadores da Administração Pública, que novamente são fortemente penalizados no seu poder de compra, que nos últimos sete anos se reduziu em mais de 10%.

A tentativa de prolongar, através de uma norma inconstitucional no Orçamento do Estado, a não contagem do tempo de serviço para a mudança de escalão, o Governo procura sonegar mais uma vez o direito à progressão, remetendo a sua regulamentação para o citado e futuro “novo regime de vínculos, carreiras e remunerações”, num processo em que clara e ilegítimamente pretende coarctar o direito de negociação dos trabalhadores, alterando autocrática e inconstitucionalmente o regime de carreiras sem qualquer discussão e consulta aos sindicatos.

As alterações à lei sindical, apresentadas em 2007 na Assembleia da República, num momento de intensa luta dos trabalhadores, demonstrando que o Governo convive mal com a democracia e o protesto, pretendem claramente cercear a capacidade reivindicativa dos sindicatos e dos trabalhadores, intenção que tem a nossa firme oposição e merece um combate cerrado, em defesa da liberdade sindical e da própria democracia.

Acrescem ainda medidas profundamente lesivas dos direitos e da própria dignidade dos trabalhadores, como o roubo que têm constituído as sucessivas alterações ao estatuto de aposentação.

No plano mais geral, as alterações preconizadas pelo «Livro Branco das Relações Laborais» constituem motivo de forte apreensão, porquanto estamos perante mais uma violenta ofensiva do patronato e do Governo aos direitos dos trabalhadores, que assim pretendem introduzir de facto a *flexigurança* (desregulamentação do trabalho) e destruir direitos fundamentais, aumentar a precariedade laboral e destruir a contratação colectiva.

Razões acrescidas na luta

No que particularmente concerne ao universo da Administração Local, os trabalhadores são confrontados:

- Com tentativas de aprovação de quadros de pessoal de vínculo privado à margem de qualquer processo negocial
- Com a aplicação irracional do SIADAP, sem critérios objectivos, em regra sem ter em conta a razão de ser dos serviços e muitas vezes ultrapassando todos os prazos legais;
- Com o congelamento oportunista e ilegal das promoções, falta de regularizações de pessoal contratado, utilização de POC's e abusos de vários tipos;
- Com o desrespeito pelos direitos e pelas condições de segurança, higiene e saúde no trabalho;

- Com as intenções anunciadas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), sem qualquer tentativa negocial com os sindicatos, de procurar um sistema alternativo à ADSE que configura claramente a destruição daquele direito e património dos trabalhadores e a sua substituição por um sistema dominado pelos interesses das seguradoras;
- Com tentativas diversas para, unilateral e ilegalmente, serem impostos de forma prepotente pretensos «regulamentos» que sonegam o direito de negociação, criam arbitrariedade, desregulam de facto as relações laborais e atingem direitos imprescindíveis.;
- Com o crescimento do processo de empresariação e privatização de serviços diversos, nos quais importa, para além do combate em defesa dos serviços públicos, garantir os direitos dos trabalhadores, com vínculo público e privado, nomeadamente através da exigência do direito à Contratação Colectiva e da eliminação de discriminações laborais;
- Particularmente no universo da Câmara Municipal de Lisboa, assiste-se a um claro exercício de transposição das intenções governamentais para a política de gestão de pessoal, assente na desregulamentação e na tentativa de responsabilização dos trabalhadores pelas desastrosas políticas levadas a cabo nos últimos anos, de que é exemplo, entre outras, a recente suspensão unilateral de concursos de regularização de pessoal.

O Poder Local e os serviços públicos

Entretanto, a alteração à lei eleitoral das autarquias, aprovada pelo PS e pelo PSD na Assembleia da República, constitui uma autêntica machadada no Poder Local Democrático. Elimina a eleição directa das câmaras municipais e procura criar maiorias absolutas de modo artificial e antidemocrático, retirando representatividade aos eleitores. Trata-se de um claro empobrecimento da pluralidade democrática na Administração Local, claramente no sentido de eliminar a capacidade de intervenção das oposições, ficando na verdade prisioneira do Poder Central e dos interesses privados.

Num momento em que também se intensificam os sinais do caminho privatizador no sector, particularmente ao nível da água e do ambiente, seja através da concessão/privatização de serviços, adopção de modelos empresariais ou parcerias publico-privadas.

Salienta-se neste âmbito, a concentração em marcha dos serviços de abastecimento de água em baixa nos sistemas multimunicipais, que o Governo impõe agora aos municípios, na linha do que já havia feito com os sistemas em alta, prevendo claramente o domínio total da AdP na gestão da água e as intenções privatizadoras sobre aquela empresa estatal.

Processo que é complementado com a proposta de regulamento dos tarifários de água, saneamento e resíduos já apresentada pelo Governo, que no essencial pretende assegurar as margens lucrativas ambicionadas pelos privados na gestão do sector, retira competências às autarquias e nega o acesso universal à água.

Afirmar o protesto, intensificar a luta

Refira-se ainda como exemplo da incapacidade para governar em Democracia e no uso da arrogância e prepotência governativa que, empossado há praticamente 3 anos, o Sr. Secretário de Estado da Administração Local reuniu duas vezes com o sindicato. Pese embora o conjunto de alterações, transferências e imposições, inclusive sobre política de pessoal, que o Governo unilateralmente vem

desenvolvendo, o Sr. Secretário de Estado da Administração Local, dos poucos compromissos que assumiu nessas duas reuniões, não cumpriu nenhum.

Porque urge combater esta política, porque é possível derrotar a ofensiva do Governo e lutar por soluções efectivas que sirvam os trabalhadores e as populações, porque é preciso defender os direitos e os serviços públicos, valorizar os salários e recuperar o poder de compra, combater a destruição das carreiras e a precariedade, o Plenário Nacional do STAL e do STML, reunido em 30 de Janeiro de 2008, em Lisboa, decide:

1. Considerar que a substituição de ministros ou secretários de estado no Governo não passa de um exercício de mera propaganda e cosmética governamental para esconder aquilo que se exige mas o Governo PS de José Sócrates não faz: Uma mudança efectiva de política, que respeite os trabalhadores e as populações, que garanta direitos laborais e sociais, que promova uma Administração Pública de qualidade ao serviço de todos.
2. Afirmar o protesto e intensificar a luta dos trabalhadores contra esta política do Governo, seja no âmbito da do sector, em conjunto com outros Sindicatos, no âmbito da Frente Comum ou na luta convergente da CGTP-IN.
3. Continuar o combate pelo vínculo público, contra o projecto de diploma de vínculos, carreiras e remunerações, seja no plano da luta seja na promoção das medidas necessárias que declarem a sua inconstitucionalidade; contra a arbitrariedade e a injustiça do SIADAP e as quotas de avaliação, defendendo um sistema que respeite o trabalho e promova a valorização e a motivação dos trabalhadores; pela liberdade sindical; em defesa de um regime de aposentação que respeite os direitos adquiridos.
4. Considerar que a luta pelos salários e pela recuperação do poder de compra é uma prioridade dos trabalhadores da Administração Local, assumindo desde já, face aos valores previstos para a inflação, a exigência de um aumento salarial intercalar.
5. Exigir ao Secretário de Estado e ao Ministro responsável que invertam a sua política e, de forma consequente, respeite a legalidade e os direitos da Democracia, iniciando negociações efectivas, ou que se demitam por já terem prejudicado muito o Poder Local Democrático e os Trabalhadores;
6. Caso não recebam resposta que possa ser efectivamente considerada até 14 de Fevereiro, procederão ao agendamento das acções que considerarem prioritárias;
7. Assumir a realização de uma Conferência Sindical, em data a confirmar (no final de Maio, início de Junho), com o objectivo de definir a Organização Sindical e Política Reivindicativa para o sector.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2008

O Plenário Nacional do STAL e do STML